澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Incentivar o IACM a aperfeiçoar a fiscalização às obras viárias

Há dias, o Comissariado de Auditoria, doravante designado por CA, divulgou o Relatório de Auditoria de Resultados intitulado Coordenação e Gestão de Obras Viárias, designado por Relatório, segundo o qual "os problemas com as obras viárias, verificados nos últimos anos, não são dores de crescimento, pois já persistem há muito tempo e estendem-se por todas as zonas de Macau. A gravidade da ocupação das vias, a frequência do impacto para a vida dos cidadãos e a imprudência na repetição das escavações atingem já um nível que pode ser classificado como excepcional no mundo. Os serviços públicos em causa devem avançar com acções concretas, no sentido de rever, aprofundadamente, a situação, lançando medidas viáveis, com vista a prevenir o alastramento e agravamento da situação." Os cidadãos ficaram muito desiludidos, quando tomaram conhecimento do Relatório, nomeadamente com o facto de o IACM ter cometido falhas no cumprimento das suas competências de fiscalização. O Relatório aponta várias situações no âmbito das obras viárias, tais como a persistente falta de rigor da fiscalização do IACM, as formalidades para efeitos de apreciação, autorização e renovação serem efectuadas à toa, os erros frequentes cometidos pelos fiscais, etc., situações que resultaram em adiamento das obras em diversas zonas de Macau, com o total de dias de adiamento a atingir mesmo 1019. Para além

立法會 格式六
AL – Modelo 6
A-4 規格印件 2016年2月
Formato A-4 Imp. Fev. 2016

disso, estas situações afectam, gravemente, o trânsito e a vida dos cidadãos. Mais, ainda segundo o mesmo Relatório, embora o grupo de coordenação interdepartamental se reúna de dois em dois meses, não se vêem efeitos concretos ao nível da coordenação.

Relativamente ao Relatório do CA, o IACM deu uma resposta sincera, admitiu, com toda a franqueza, as suas insuficiências, e comprometeu-se a proceder às necessárias correcções. Porém, o que nos preocupa é o facto de a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego ter já divulgado que, neste ano, terão lugar, segundo as previsões, cerca de mil obras viárias em diversas zonas. E o mais chocante é a ampla abrangência de 17 grandes obras, que vão envolver vias públicas principais, uma área extensa, e um prazo longo. A zona mais afectada será a Zona Norte, em que metade das obras a realizar implica prazos superiores a um ano. Mas a obra cujo prazo é mais longo é a do viaduto da Rotunda da Piscina Olímpica, que é de exactamente mil dias. Segundo alguns cidadãos, as autoridades, tendo em conta o Relatório do CA, devem avançar, de imediato, com as necessárias correcções, com vista a uma mais rápida conclusão das obras viárias e ao restabelecimento da fluidez do trânsito.

Assim sendo, interpelo as autoridades sobre o seguinte:

1. Antes da divulgação do Relatório já os cidadãos criticavam, há muito tempo, a repetição das escavações, mas não se estava a espera que a fiscalização do IACM fosse tão péssima. As autoridades devem reduzir a repetição das escavações nas vias e remediar, de imediato, a situação, no sentido de acabar com os erros, isto é, devem fiscalizar, eficazmente as obras viárias, para que sejam respeitados os prazos de conclusão definidos. De que medidas de melhoria dispõem para o efeito?

2. Segundo o Relatório, nos termos do Regulamento Orgânico do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e do Regulamento Geral dos Espaços Públicos, o IACM é responsável pela fiscalização do andamento das obras viárias, no entanto, este tem, ao longo dos tempos, ignorado e posto isto de lado. Para além dos referidos problemas ao nível da gestão, o Relatório faz também referência aos fiscais que inviabilizam a análise, por parte dos superiores hierárquicos, dos pedidos de suspensão das obras, portanto, situações caóticas que resultam, com toda a certeza, na impossibilidade de o IACM tomar conhecimento e tratar eficazmente dos casos de incumprimento dos prazos. De que mecanismos dispõem as autoridades para acabar com este caos, para que não volte a repetir-se?

3. A credibilidade é fundamental para o povo. Então, as autoridades devem reforçar a sensibilização para a responsabilidade e a capacidade executiva dos funcionários públicos, independentemente do seu nível, por forma a

立法會 格式六
A4 – Modelo 6
A-4 規格印件 2016年2月
Formato A-4 Imp. Fev. 2016

que estes demostrem que têm vontade de servir a sociedade e que assumem as respectivas responsabilidades, com vista a evitar que casos semelhantes, isto é, casos que prejudicam o prestígio do Governo, voltem a acontecer. Como é que isto vai ser feito?

25 de Maio de 2017

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Zheng Anting